



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Desde que se tornou ministro da Agricultura do governo Temer, Blairo combate a possibilidade de taxaço sobre commodities

Taxar ou não taxar? Eis a questão

Blairo faz campanha para produtores não pagarem impostos quando exportarem commodities. Alguns deputados defendem a taxaço, governo do Estado demonstra dúvida

Túlio Paniago

Desde o início de maio, quando assumiu o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi bate insistentemente numa tecla. O ex-senador, por onde passa, tem repetido um discurso contra a cobrança do Imposto sobre

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos primários para exportação (soja, milho, algodão, gado), os chamados commodities. A tributação poderia arrecadar mais de R\$ 2 bilhões anuais, porém, segundo Maggi, poderia desestimular os produtores e, em

curto prazo, muitos até encerrariam suas atividades, isso porque as receitas do setor são incertas, pois são diretamente influenciadas por variações climáticas.

A preocupação de Blairo se justifica pelo fato de que, recentemente, alguns parlamentares, veículos da

Aprosoja prevê que pequenos e médios produtores de soja (metade do total) seriam obrigados a encerrar a atividade caso houvesse taxaço



imprensa e membros da sociedade civil passaram a defender a taxaço sobre o agronegócio como uma alternativa possível para aliviar a crise econômica que atinge Mato Grosso. No entanto, o ministro da Agricultura do governo interino de Michel Temer considera inviável tal proposta, a qual classifica como “loucura”.

“Chamo isso de abraço de afogados. Quer dizer, os estados estão apertados e querem retirar recursos dos produtores rurais, que é o recurso da eficiência, que gera novos negócios, para levar à máquina pública, que é ineficiente. Isso não pode acontecer”, argumenta o ex-governador de Mato Grosso por dois mandatos (2003-06/2007-10).

Ele teme que a possibilidade de tributação se espalhe entre os estados da federação. Isso porque alguns já dão sinais desta tendência, como o vizinho Mato Grosso do Sul, que determina que pelo menos um terço da produção seja destinada ao mercado interno e, sobre esta quantia, aplica-se ICMS de 6%.

“Lá o modelo vigora há mais de 10 anos. Foi implementado na primeira gestão (1997–2000) do ex-governador André Puccinelli e roda bem. O produtor entendeu que a Lei Kandir



Chamo isso de abraço de afogados. Os estados estão apertados e querem retirar recursos dos produtores rurais”, argumenta Blairo

(quadro ao lado) o beneficiou por mais de uma década e que chegou a vez de dar sua parcela de contribuição”, afirma o deputado Wilson Santos (PSDB), líder do governo estadual e responsável por trazer o assunto à tona na Assembleia Legislativa.

Quanto a isso, Blairo traz a resposta na ponta da língua. “Se o governo quer arrecadar mais e tem que arrecadar mais, ele tem que ser mais eficiente. Tem que ir atrás dos 40% que sai de Mato Grosso para o mercado interno, que é tributado”, ressalta, fazendo referência à necessidade de uma fiscalização mais rigorosa para que haja uma maior arrecadação.

Como tudo começou - Em sessão

ordinária, no dia 5 de abril, Wilson Santos defendeu a proposta em tribuna, alegando que as exportações desoneradas enriqueceram os produtores rurais e melhoraram a economia, colocando Mato Grosso como sexto maior exportador da União. No entanto, segundo o deputado, o setor não promoveu a justa distribuição de renda e, portanto, este seria o momento de voltar a colaborar com o desenvolvimento do Estado.

Na ocasião, considerando ser esta a melhor saída para a crise, outros parlamentares concordaram de imediato com a iniciativa. Um deles foi José Carlos do Pátio (SD), que chegou a declarar que a sessão entraria para a história “como início do debate que vai acabar com os privilégios da minoria que enriqueceu sem pagar impostos”.

Resposta do agronegócio - Depois de a discussão reverberar e ganhar força perante a opinião pública, entidades ligadas ao agronegócio resolveram se posicionar. A Aprosoja (representante de aproximadamente cinco mil agricultores) e a Famatto (representante de 89 Sindicatos Rurais do Estado) emitiram, no ▶



FOTOS: DIVULGAÇÃO

50% do PIB de Mato Grosso é derivado do agronegócio, afirmam representantes do setor

dia 23 de maio, uma carta aberta na qual argumentavam que a medida até poderia causar um alívio imediato na economia, mas que, em seguida, acabaria levando produtores à falência. Pois, segundo estudo do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), entidade mantida por produtores rurais, se fosse incrementada uma alíquota de 9% de ICMS para a soja em 2015, os agricultores teriam um saldo final negativo de R\$ 436,90 por hectare.

A estimativa foi baseada na produção de 2014. O estudo também sugere que, nestas condições, pequenos e médios produtores (até 1000 hectares) seriam obrigados a abandonar a atividade, o que representa metade dos sojicultores do Estado.

No documento, também afirmaram que 50% do Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso é derivado do setor, o que torna o Estado o mais “dependente do agronegócio” dentre os entes da União. Por isso, alegaram que “reduzir a competitividade do agro impacta muito mais do que a agricultura”.

“Ao contrário do que parece à primeira vista, o nosso segmento é o principal gerador de divisas para a receita estadual. O que falta é entendimento sobre os números”, argumenta o presidente da Aprosoja, Endrigo Dalcin.

Por fim, sugeriram discutir reformas e um novo formato de Pacto Federativo menos centralizado para equilibrar as contas públicas, mas rechaçaram qualquer possibilidade de taxaço, já que, segundo o estudo do Imea, apesar dos R\$ 2,1 bilhões (a exportação de carne não foi levada em consideração) que seriam arrecadados (com alíquota de 9%), a própria arrecadação esta-

dual poderia ser impactada, já que o agronegócio “responde por 50% das receitas do ICMS, tendo gerado aos cofres estaduais R\$ 3,9 bilhões no ano passado”.

Dúvida do governo - 'Diante do impasse entre parlamentares e representantes do agronegócio, o governo estadual encomendou estudo para avaliar os impactos de uma possível taxaço sobre commodities destinadas à exportação. A Secretaria de Fazenda (Sefaz) ficou responsável pela elaboração do relatório, que irá apontar se é viável ou não.

O pedido do estudo revela uma dúvida do governador diante da situação. Afinal, a possível arrecadação seria fundamental para conseguir fechar o ano dentro do limite orçamentário estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Vale ressaltar que o governo encerrou o primeiro quadrimestre de 2016 usando 50,46% de sua receita com gastos pessoais, ultrapassando a meta da LRF, que é de 49%.

No entanto, mesmo com o estudo em andamento, o governador é inci-



É o início do debate que vai acabar com os privilégios da minoria que enriqueceu sem pagar impostos”, diz Zé do Pátio (SD)

sivo ao dizer que não concorda com a tributação sobre commodities. “Sou contra a taxaço das exportações, porque vocẽ taxar exportações é exportar empregos. Se eu estou viajando (negociações com outros países) para que Mato Grosso possa vender mais, não vou exportar impostos”, garante Pedro Taques.

Entretanto, o fato de os posicionamentos do líder governista na Assembleia (W. Santos) e do governador (Taques) serem conflitantes, revela certa indecisão do governo quanto ao tema. Além disso, o próprio pedido do estudo indica a possibilidade de reconsiderar a Lei Kandir, em vigor desde 1996.

A cruzada de Blairo e Geller -

Neste contexto, Blairo Maggi continua pregando aos quatro ventos a suposta inviabilidade da taxaço sobre as exportações de commodities. O ministro alega que isso poderia desmotivar os produtores, já que, devido às intemperanças climáticas, a lucratividade é incerta. “Taxar um setor com alta vulnerabilidade de re-



Sou contra a taxaço das exportações, porque vocẽ taxar exportações é exportar empregos”, afirma Pedro Taques

ceita é muito complicado”, pois isso poderia “tirar a intenção do produtor de produzir”, comenta.

E também afirma que o “governo tem instrumentos nas mãos para regular aquilo que está indo para o mercado interno sem a necessidade de cobrar sobre a exportação”.

O discurso do ex-senador encontra ressonância em Neri Geller, outro nome forte na política e no agronegócio mato-grossense. Não por acaso, Blairo o colocou como secretário de Políticas Agrícolas do Mapa, pasta da qual Geller tem bastante familiaridade, já que foi ministro da Agricultura durante o primeiro ano

do mandato inicial de Dilma Rousseff. Segundo Geller, a proposta de taxaço é um retrocesso, pois incentivar o agronegócio seria fundamental na atual situação econômica do país e seria “pensar pequeno a taxaço em época de crise”.

Ele também rechaça – sem citar nomes – o argumento de deputados que afirmam que o agronegócio estaria sonogando impostos através da Lei Kandir. “Pelo contrário, a lei viabilizou a produção. Há 20 anos não se produzia nada no Estado de Mato Grosso”, pontua.

Por fim, considera que, em vez de tributar exportações, seria mais viável desenvolver a industrialização estadual para fomentar o consumo da produção primária.

O ‘Pai das commodities’ e o ‘Rei da soja’ -

Por outro lado, parte da Assembleia Legislativa segue disposta a conseguir com que o ICMS seja cobrado sobre as exportações para incrementar as receitas estaduais. Uma das alternativas seria buscar no Congresso Nacional e no governo federal a suspensão da Lei Kandir, assunto já debatido em âmbito nacional.

Além disso, cogitam tributar as exportações agrícolas a partir de legislação estadual a ser aprovada pela ‘Casa de Leis’. “Se tem um setor capitalizado que pode, neste momento, socorrer o Estado, é o agronegócio, setor este que tem sido largamente beneficiado pela Lei Kandir desde setembro de 96”, argumenta Wilson Santos.

O parlamentar reconhece a importância do setor, mas, devido à atual situação, considera ser imprescindível tal colaboração. “Há sim um enriquecimento de forma legal, honesta e com muito trabalho, mas, neste momento, o Estado precisa e o agronegócio nunca virou as costas. Então confio que nós encontraremos um denominador comum para que façam essa compensação tributária”, comenta. ▶

Taques (PSDB) garante ser contra taxaço, mas encomendou estudo para avaliar sua viabilidade

FOTOS: DIVULGAÇÃO





ELISANA SARTORI

Wilson Santos (PSDB), líder do governo na Assembleia, considera a taxaçoão uma saída para a crise econômica

O posicionamento de Wilson Santos fez com fosse chamado por alguns de 'pai das commodities'. No entanto, ao ser questionado sobre isso, preferiu adotar um tom um tanto ambíguo, que deixa dúvida se não se trata, na verdade, de uma indireta a Blairo Maggi, chamado de 'rei da soja'. "Eu sou um modesto plantador de limão. Esta alcunha (pai das commodities) não cabe a mim. Eu nunca tive o desejo de ser rei em nada, nem de limão".

Governo federal articula outra taxaçoão (INSS) - Além da chance de cobrança do ICMS sobre as exportações do setor, a equipe econômica de Temer está estudando a possibilidade de outra taxaçoão sobre o agronegócio, que seria destinada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como parte da reforma da previdência que está sendo preparada pelo governo

interino. O potencial, de acordo com o grupo que estuda a reforma previdenciária, é de que a medida possa dobrar a contribuição do setor rural ao INSS, passando dos atuais R\$ 7 bilhões para R\$ 14 bilhões.

Atualmente, empresas exportadoras do agronegócio (como a própria Maggi, empresa da família do ministro) são as únicas que têm sua mão de obra isenta, por lei, do pagamento da contribuição ao INSS. No entanto, quando a venda é para o mercado interno, pagam uma alíquota de 2,6% sobre o faturamento.

Sobre a suposta possibilidade, o ministro diz não saber "qual área do governo pretende taxar o agronegócio de exportação na alíquota do INSS ou coisa parecida". E é enfático em dizer que discorda da iniciativa, pois seria "um balde de água fria em todo mundo".

“

Se tem um setor capitalizado que pode socorrer o Estado é o agronegócio, setor este que tem sido largamente beneficiado pela Lei Kandir”, diz Wilson Santos

Desdobramentos - Enfim, esta discussão deve continuar pelos próximos meses. Blairo e Geller devem seguir a cruzada tentando convencer governadores de que a taxaçoão sobre commodities para exportação é inviável e pode gerar mais malefícios do que benefícios.

Em contrapartida, parte dos parlamentares mato-grossenses mantém o discurso e vai procurar mobilizar colegas para que o Estado consiga tal incremento para os cofres públicos.

O governo se mantém neutro, pois, apesar de publicamente se posicionar contrário à taxaçoão, encomendou estudo para analisar sua viabilidade ou não. Além do mais, caso seja aprovada pela Assembleia, seria muito conveniente, pois enquadraria o orçamento estadual dentro da meta da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que garantiria recursos oriundos da União no ano seguinte. ■

LEI KANDIR

A Lei Kandir isenta de cobrança de ICMS todos os produtos e serviços destinados à exportação. A medida foi tomada para incentivar a economia interna brasileira a produzir para a exportação, visando melhorar o saldo na balança comercial (diferença entre exportações e importações).

Criada em 1996, a lei pega emprestado o nome de seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir e entrou em vigor no dia 13 de setembro de 1996.